

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:**

**Sumário**

|                                                                                              |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico.....</b>                                                         | <b>2</b>  |
| <b>Título: Royalties podem conter alta da gasolina .....</b>                                 | <b>2</b>  |
| <b>Título: Acordos abrem ‘relação 2.0’ com a Índia .....</b>                                 | <b>3</b>  |
| Título: Embate sobre taxaço ‘do sol’ encobre aspecto técnico sobre geração e tarifa .....    | 5         |
| Título: Pressões põem em risco autonomia da Aneel.....                                       | 8         |
| <b>Título: Equipe econômica opta por cautela ante a crise .....</b>                          | <b>9</b>  |
| Título: Conflito entre EUA e Irã afetaria rota comercial do Brasil.....                      | 10        |
| Título: Geração distribuída, desafios e oportunidades .....                                  | 12        |
| Título: Denúncia criminal contra Vale pode sair em breve .....                               | 15        |
| Título: Destaques .....                                                                      | 16        |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                                   | <b>17</b> |
| Título: Subsídio para painel solar custará R\$ 56 bi .....                                   | 17        |
| Título: Possível mudança movimentará setor .....                                             | 18        |
| Título: Os preços do petróleo e a vacilação do governo .....                                 | 19        |
| Título: @MaisBrasil .....                                                                    | 21        |
| Título: TRF veta venda direta de etanol .....                                                | 22        |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                                      | <b>22</b> |
| Título: Um morre em transporte de plataforma da Petrobras .....                              | 22        |
| Título: Petrobras e empresa saudita suspendem trânsito de navios no estreito de Hormuz ..... | 23        |
| Título: Bolsa dos EUA bate recorde e petróleo cai após fala de Trump.....                    | 24        |
| Título: Populismo solar.....                                                                 | 26        |
| <b>VEÍCULO: O Globo .....</b>                                                                | <b>27</b> |
| <b>Título: Estratégia.....</b>                                                               | <b>27</b> |

|                                                                       |           |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------|
| Título: Uma Cide flexível .....                                       | 29        |
| Título: Antes que acabe a era do petróleo.....                        | 30        |
| Título: Dólar cai 0,31%, e Bolsa reduz queda após fala de Trump ..... | 31        |
| Título: Insegurança.....                                              | 32        |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense.....</b>                              | <b>33</b> |
| Título: Veto à taxaço é afago ao Nordeste .....                       | 33        |

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 09/01/2020**

**Seção: Brasil**

**Autor: Rafael Bitencourt e Daniel Rittner — De Brasília**

**Título: Royalties podem conter alta da gasolina**

### **Governo estuda criar mecanismo permanente para amortecer impacto da alta do petróleo sobre preços de combustíveis no mercado doméstico**

O governo estuda usar a arrecadação “extra” com royalties e participações especiais do petróleo, em momentos de alta da commodity no exterior, para amortecer o impacto sobre preços de combustíveis no mercado doméstico. Essa é a principal alternativa em estudo para ter um mecanismo permanente, uma espécie de fundo de compensação, que atenuar os riscos de disparada no valor da gasolina e do óleo diesel.

A premissa obedece à seguinte lógica: todos os anos, o Orçamento tem uma previsão de receitas geradas com royalties e participações especiais. Na nova condição do Brasil, que se tornou exportador líquido de petróleo a partir do segundo semestre de 2019, o pico dos preços internacionais também reforça o caixa do Tesouro.

Em vez de usar essa arrecadação adicional simplesmente para melhorar o resultado primário, a ideia é usar o dinheiro amenizando a alta nos postos. A parte dos royalties e participações especiais destinadas aos Estados e

municípios não entraria nessa conta - até mesmo para evitar conflitos com os entes federativos.

As discussões sobre esse mecanismo de compensação foram iniciadas no Ministério de Minas e Energia em outubro, após o ataque a um complexo de refinarias na Arábia Saudita, que provocou tensão nos mercados. “O que o presidente [Jair Bolsonaro] colocou é que não podemos viver de crise em crise. Não dá para pensar numa solução só quando cada uma delas chegar”, disse o **ministro Bento Albuquerque ao Valor**.

Segundo ele, a equipe econômica está sendo envolvida na construção do mecanismo, que ainda não tem data para sair. “Isso tem que ser feito com muita responsabilidade, com muito critério”, afirmou o ministro, notando a diferença entre o atual momento e a crise do petróleo em 1973. “Hoje somos exportadores. Em 2030, estaremos entre os quatro maiores do mundo. Há 47 anos, nossa dependência [de petróleo importado] era de 80%.”

Questionado se a compensação estará voltada prioritariamente à gasolina ou ao diesel, o ministro disse a avaliação seria feita “caso a caso”, considerando o impacto sobre a atividade econômica, entre outros fatores.

Pela legislação em vigor, a União fica com 20% a 40% do total de royalties na exploração do petróleo, em contratos de concessão ou pelo regime de partilha. Nas participações especiais, a União recebe 50% do valor arrecadado.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 09/01/2020

**Seção:** Brasil

**Autor:** Daniel Rittner — De Brasília

**Título:** Acordos abrem ‘relação 2.0’ com a Índia

Pelo menos dez acordos bilaterais têm boas chances de anúncio durante a visita oficial do presidente Jair Bolsonaro a Nova Déli, neste mês, como convidado de honra do primeiro-ministro Narendra Modi para as celebrações do Dia da República. O extenso cardápio de tratados, convênios e memorandos de entendimentos permitirá ao governo Bolsonaro transmitir a ideia de que uma “relação 2.0” entre Brasil e Índia começa a ser construída.

Três negociações na área econômica estão praticamente encerradas ou em reta final. Uma é o acordo de cooperação e facilitação de investimentos (ACFI), que aumenta a segurança jurídica para multinacionais e institui mecanismos para prevenir conflitos.

Outra é um tratado previdenciário que permite às empresas recolher uma única vez para a seguridade social e aos empregados expatriados contabilizar o período de trabalho longe de casa como tempo de contribuição para a aposentadoria em seu país de origem. Na terceira frente, a Receita Federal se mobiliza para ter um protocolo adicional ao acordo de bitributação Brasil-Índia, válido desde 1992 para evitar a dupla cobrança de impostos. O setor privado pede atualização das alíquotas praticadas.

A intenção do governo brasileiro é criar um ambiente mais favorável para o crescimento dos negócios bilaterais - considerado muito abaixo do potencial para dois gigantes do mundo emergente. A corrente de comércio entre os dois países, que era inferior a US\$ 1,5 bilhão em 2002, ainda está no patamar de US\$ 7 bilhões. No mesmo período, as transações com a China se multiplicaram 25 vezes e hoje ficam perto de US\$ 100 bilhões anuais.

De olho no mercado brasileiro, os indianos manifestaram o desejo de ampliar o acordo de preferências tarifárias (com descontos mútuos nas tarifas de importação) que têm com o Mercosul desde 2009. É um acordo limitado, que só contempla 450 produtos de lado a lado. “Nós topamos, mas deixando claro que precisa ser algo realmente ambicioso, se possível um tratado de livre-comércio”, afirma uma autoridade que participa dos preparativos da visita presidencial.

As reuniões com Modi estão marcadas para o dia 25. No dia seguinte, Bolsonaro assiste às celebrações em Nova Déli - os indianos têm um convidado de honra por ano, casos de Fernando Henrique Cardoso (1996) e Luiz Inácio Lula da Silva (2004). Antes de voltar, no dia 27, ele abre um encontro empresarial organizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex). Pelo menos quatro ministros devem fazer parte da comitiva: Paulo Guedes (Economia), Tereza Cristina (Agricultura), Ernesto Araújo (Relações Exteriores) e **Bento Albuquerque (Minas e Energia)**.

No agronegócio, as frentes de negociação tocadas por Tereza envolvem abertura de mercado para cítricos e abacates brasileiros, bem como procedimentos para facilitar as exportações de couro.

Albuquerque deverá assinar um memorando de entendimentos no setor sucroalcooleiro, um tema sensível no relacionamento bilateral, já que o Brasil contesta na Organização Mundial do Comércio (OMC) os subsídios dados pela Índia aos seus produtores de açúcar e acusa o país de distorcer o mercado internacional com esses incentivos. O objetivo da aproximação é ter uma “agenda positiva” para se contrapor ao contencioso em Genebra.

Uma missão da Unica, maior associação representativa do setor, dará sequência às conversas já em fevereiro. Na avaliação de assessores presidenciais, pode-se

abrir uma oportunidade para exportar tecnologia e maquinário à Índia, que se impôs como meta uma mistura de 10% de etanol na gasolina até 2022. Além de dar vazão aos combustíveis renováveis produzidos no Brasil, a expectativa de médio prazo é fomentar um mercado indiano de etanol que possa servir, eventualmente, como uma válvula de escape para que produtores de cana viver sem os subsídios dados pelo governo.

De menor apelo, mas tido pelos diplomatas como um dos pontos altos da visita, é a aprovação de um “plano de ação” para monitorar os próximos passos do “relacionamento 2.0” entre Brasil e Índia. Uma comissão mista de alto nível fazia o acompanhamento de acordos firmados e ajudava na solução de problemas, segundo fontes diplomáticas, mas praticamente caiu no esquecimento e há anos não se reúne. “É o que nos permite organizar a parceria estratégica de uma forma bem estruturada”, comenta um funcionário do Itamaraty.

Para o gerente-executivo de comércio exterior da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Diego Bonomo, a visita de Bolsonaro abre uma oportunidade importante de aproximação com a Índia. “Tem dois efeitos. Um é simbólico, botando o país no radar do governo. Outro é prático, melhorando o ambiente de negócios”, observa.

O próprio Bonomo reconhece, no entanto, que se trata de um mercado desconhecido para a maioria dos empresários. “É uma economia muito grande, cresce rápido e precisamos explorá-la melhor”, acrescenta. Enquanto a China tem decisões muito centralizadas no poder central, a Índia é um sistema federalista e com um processo decisório mais complexo.

Segundo o especialista, a Índia pode ser uma aliada do Brasil também em fóruns multilaterais, como na OMC, ajudando a superar o impasse em torno do tribunal de apelações - sem quorum mínimo desde dezembro - e que paralisa o sistema de solução de controvérsias da entidade.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 09/01/2020

**Seção:** Brasil

**Autor:** Rodrigo Polito — Do Rio

**Título:** Embate sobre taxaço ‘do sol’ encobre aspecto técnico sobre geração e tarifa

O debate em torno da cobrança de encargo para usuários de geração distribuída (GD) a energia solar pelo uso da rede das distribuidoras, que voltou a ganhar

notoriedade após as recentes declarações do presidente Jair Bolsonaro, garantindo que não haverá “taxação de energia solar”, põe em evidência duas causas nobres não necessariamente opostas: o crescimento das fontes renováveis e a desoneração tarifária. A discussão, no entanto, é técnica e complexa.

A revisão das regras para o uso de GD a energia solar já estava prevista desde 2012. A expectativa era que a norma fosse revista em 2019. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), porém, estendeu as discussões com o setor até o fim do ano passado. A expectativa agora é publicar a nova norma para o segmento no primeiro semestre de 2020.

Pela resolução em vigor, os projetos de GD são isentos do pagamento pelo uso da rede - a chamada tarifa de uso do sistema de distribuição (tUSD). Quando a energia gerada pelos painéis fotovoltaicos não é consumida pelo usuário, ela é injetada no sistema. O volume fornecido à rede é descontado da fatura do usuário cobrada pela distribuidora. E a tUSD é repartida pelos demais consumidores da concessionária.

Com a intensificação de projetos de GD, devido à redução de custo da energia solar, o subsídio a ser pago pelos demais consumidores tende a se tornar cada vez maior. Estudo feito pelo Ministério da Economia prevê que o sistema de compensação hoje em vigor custaria ao sistema elétrico mais de R\$ 56 bilhões, entre 2020 e 2035. Em valor presente, isso seria equivalente a R\$ 34 bilhões, diz a pasta.

A proposta colocada em consulta pública pela Aneel prevê que os usuários que já possuem sistemas solares em suas residências só passem a pagar pela tUSD a partir de 2031. Para os novos usuários, haverá um gatilho para a cobrança da tUSD, quando a capacidade instalada adicional de projetos do tipo no país atingir 4,7 mil megawatts (MW). Hoje, a capacidade de GD solar no país é de 1,6 mil MW.

Para as “fazendas solares” - usinas que “alugam” a produção de energia dos painéis para consumidores -, a Aneel propõe que a cobrança tenha início já a partir da publicação da nova resolução.

A indústria de energia solar é contra à proposta. Na avaliação do setor, a nova norma tem potencial para eliminar a atratividade do mercado, que está em estágio inicial e ainda demanda incentivos. O segmento alega ainda que os

cálculos da Aneel não levam em conta outros benefícios da fonte solar, como redução de emissões de gases poluentes.

Estudo feito pela Greener, empresa de pesquisa e consultoria especializada no setor, indica que o mercado de GD solar pode perder 50% de seu potencial de crescimento nos próximos cinco anos, caso a proposta atual entre em vigor.

Já um documento elaborado pelo núcleo de estudos e pesquisas do Senado em outubro concluiu que a proposta da Aneel não põe em risco a atratividade do setor. “O prazo para recuperar o investimento aumentará, mas a opção continuará sendo viável economicamente”, informa o documento.

O grau de sensibilidade do assunto pode ser comprovado pela quantidade de manifestações recebidas pela agência na consulta pública sobre o tema. Ao todo, foram enviadas mais de 160 contribuições.

Nesta semana, as duas principais entidades envolvidas no assunto se manifestaram sobre as declarações do presidente da República. A Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) elogiou a articulação entre Bolsonaro e os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), pela criação de um projeto de lei proibindo a taxação da energia gerada por radiação solar.

Em nota, o presidente da Absolar, Rodrigo Sauaia, disse que a articulação é uma “iniciativa suprapartidária em prol do desenvolvimento econômico e sustentável do país, com geração de emprego e renda, atração de investimentos privados, redução de custos para famílias, empresas e produtores rurais, com mais liberdade de escolha para os consumidores”.

Já a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) destacou que, se os subsídios forem mantidos como estão, em cerca de dois anos, eles atingirão R\$ 2,5 bilhões anuais concedidos a pouco mais de 600 mil beneficiados. “Para se ter uma ideia, será maior do que o desconto dado na tarifa social aos consumidores de baixa renda, que são mais de 9 milhões em todo o Brasil”, informou a entidade, em nota. No meio do fogo cruzado, a Aneel já acenou com a possibilidade de adiar em 25 anos o início da cobrança da tUSD para os atuais usuários.

Segundo Lavinia Hollanda, sócia e diretora-executiva da consultoria Escopo Energia, a agência tem atuado de maneira técnica, promovendo uma ampla discussão sobre o aperfeiçoamento de regras que já era previsto.

“Pelas regras atuais, o consumidor que não tem instalação solar fotovoltaica, ou seja, a imensa maioria da população, em particular o consumidor com menor consumo e menor poder de pagamento, está sendo onerado em sua tarifa, subsidiando implicitamente o prosumidor [consumidor que tem GD solar], que utiliza a rede, mas não paga a tUSD no atual sistema de compensação”, disse ela.

Para a especialista, o debate atual conta com informações equivocadas e ganhou contornos políticos. Por isso, explicou, é importante a Aneel promover uma campanha informativa sobre o tema.

Em qualquer cenário, porém, a expectativa do governo é de aumento de investimentos em energia solar. A versão preliminar do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2029, feito pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), prevê que, mesmo com as mudanças regulatórias, a capacidade da GD alcançará 11 mil MW no fim da próxima década, com investimentos de R\$ 50 bilhões.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 09/01/2020

**Seção:** Brasil

**Autor:** Rodrigo Polito e Matheus Schuch — Do Rio e Brasília

**Título:** Pressões põem em risco autonomia da Aneel

### **Agência é alvo de ações de políticos até em audiências públicas**

As recentes declarações do presidente Jair Bolsonaro sobre a cobrança de encargos para projetos de energia solar pelo uso da rede de distribuição - um dos principais temas em discussão na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) - ameaçam a autonomia do órgão regulador, justamente no momento em que o governo busca atrair investimentos privados para o setor de infraestrutura no país.

Em vídeo publicado no Twitter e em declarações feitas a jornalistas no início desta semana, Bolsonaro afirmou que a posição do governo é contra a “taxação da energia solar”.

“Está uma comoção nacional sobre taxar energia solar. Resolvi ontem [domingo] a questão. A decisão é minha. Nenhum ministro, nenhum secretário, ninguém mais fala no assunto. A nossa posição é tarifa zero”, afirmou Bolsonaro a jornalistas, na segunda-feira.

O presidente disse ainda que “talvez nem precise de nada, a própria Aneel se conscientiza de que essa fonte de energia tem que ser estimulada pelo governo”, sem a influência de “grupos lobistas” que, segundo ele, atuam dentro da agência para promover a taxaço.

Bolsonaro já havia se manifestado sobre o assunto em novembro do ano passado. Na ocasião, ele disse em sua conta no Twitter: “O nosso governo está trabalhando junto à Aneel para atender ao interesse público nessa questão, ou seja, estimular a geração de energia solar (placas fotovoltaicas) sem taxar o usuário”.

O ano passado foi marcado pelo aumento de ameaças e intervenções de políticos sobre as decisões técnicas do órgão regulador.

Em outubro, durante reunião da diretoria da Aneel sobre os pedidos de revisão tarifária extraordinária (RTE) apresentados pelas distribuidoras Ceron (RO), Eletroacre (AC) e Cepisa (PI), políticos locais, principalmente de Rondônia, utilizaram o espaço de sustentação oral, na reunião transmitida ao vivo pela internet, para discursar contra o aumento das tarifas. Entre eles os parlamentares, estava o senador Marcos Rogério (DEM-RO), que, na ocasião, disse que o Estado de Rondônia não aceitaria novo aumento na conta de luz.

As três distribuidoras foram privatizadas pela Eletrobras em 2018. Ceron e Eletroacre foram adquiridas pelo grupo Energisa, enquanto a Cepisa foi comprada pela Equatorial Energia.

Na reunião, a diretoria da Aneel rejeitou o pleito das companhias.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 09/01/2020**

**Seção: Brasil**

**Autor: Fabio Graner — De Brasília**

**Título: Equipe econômica opta por cautela ante a crise**

**Momento é de aguardar se quadro vai se agravar e se tornar um choque externo, segundo fonte do governo**

Com o ministro da Economia, Paulo Guedes, em férias e os ainda incertos desdobramentos da crise entre Estados Unidos e Irã, a equipe econômica está cautelosa e tem evitado se manifestar sobre os eventuais impactos dessa situação para o Brasil. A posição oficial desde o início tem sido não comentar.

De acordo com uma fonte governamental, ainda não há temor de que esse processo possa abortar a recuperação em curso da economia brasileira, mas é preciso ver se o quadro vai se agravar e se tornar um choque externo.

Outro interlocutor também aponta que ainda é prematuro fazer avaliações econômicas sobre essa crise de política internacional. Mas lembra que, diferentemente de outros episódios de saída de processos recessivos no passado, o atual ciclo brasileiro está sendo comandado não pelo setor externo, e sim pelas forças domésticas, reflexo da queda dos juros e de medidas como a liberação do FGTS, o que é uma vantagem.

Além da postura cautelosa, o Ministério da Economia parece distante de discussões que derivam dessa crise, como o que fazer diante da pressão de alta nos preços dos combustíveis.

A reunião do presidente Jair Bolsonaro na segunda-feira para tratar do tema teve predominância do **Ministério de Minas e Energia**, embora o encontro tenha sido marcado pela discussão de ideias com impacto fiscal (ou seja, da alçada do ausente Ministério da Economia), como a sugestão de os Estados reduzirem o ICMS sobre combustíveis e a mirabolante proposta de um fundo a ser constituído com eventuais ganhos de arrecadação gerada pela alta dos combustíveis. Ele serviria para amortecer futuras altas de preços.

De fato, ainda é cedo para se fazer avaliações sobre os impactos dessa crise, que ontem à tarde parecia ter arrefecido após o discurso de Donald Trump. Os movimentos dos mercados e da diplomacia brasileira logo após o ataque americano dão algumas pistas dos riscos. O dólar e o petróleo subiram. Esses dois preços afetam a inflação e, se essa trajetória se intensificar e prolongar, poderá acabar, por exemplo, diminuindo a chance de novo corte da Selic e até encurtar o ciclo de expansão monetária.

Além disso, o alinhamento inicial do governo com Trump gera risco de redução de exportações para o Irã, o que também prejudicaria a economia.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 09/01/2020**

**Seção: Brasil**

**Autor: André Ramalho — Do Rio**

**Título: Conflito entre EUA e Irã afetaria rota comercial do Brasil**

A escalada das tensões entre Estados Unidos e Irã levantou, nos últimos dias, novas ameaças de um conflito no Oriente Médio. Em meio a represálias do país

persa às bases americanas no Iraque, após o assassinato do general iraniano Qasem Soleimani pelos EUA, a Petrobras suspendeu o trânsito de seus navios no estreito de Ormuz, temendo ataques. O episódio levanta dúvidas sobre quais seriam as consequências de uma eventual guerra na região, para as importações e exportações brasileiras de petróleo e derivados. Segundo especialistas, o Brasil tem alternativas para reduzir sua dependência do petróleo árabe e garantir o abastecimento interno, no caso de um agravamento das disputas geopolíticas. O cenário, porém, representaria uma mudança nas rotas comerciais do país.

Por ora, não há sinais concretos de que o comércio brasileiro será impactado pela crise entre EUA-Irã. Ontem, o discurso do presidente americano, Donald Trump, sinalizando para a interrupção dos ataques ao Irã, acalmou os ânimos do mercado e a cotação do barril tipo Brent caiu 4%, para US\$ 65, depois de superar os US\$ 70 nos últimos dias. Ainda é cedo, contudo, para se dizer que a instabilidade na região se dissipou. Horas depois de Trump discursar num tom menos belicoso, mísseis atingiram Bagdá, no Iraque, numa região próxima à embaixada dos Estados Unidos.

A Petrobras garantiu que a suspensão do tráfego de seus navios em Ormuz “não trará qualquer impacto ao abastecimento de combustíveis no Brasil”. O Oriente Médio é um consumidor irrelevante de petróleo e derivados do Brasil, mas um importante fornecedor de óleo bruto para as refinarias brasileiras. De acordo com dados do Ministério da Economia, 38% das importações brasileiras de óleo bruto em 2019 vieram da Arábia Saudita e Iraque. No caso dos derivados, 1% das exportações de óleos combustíveis (incluindo o diesel) do Brasil vão para países árabes, como Emirados Árabes Unidos (EAU) e Qatar. Nas importações, esse número é de 7%, com destaques para produtos dos EAU e da Arábia Saudita.

“Não é uma questão se o Oriente Médio é ou não um mercado relevante para o Brasil. O mercado de óleo e gás é global. Os fluxos se interconectam. O Brasil, por exemplo, compra muito diesel da Índia, que por sua vez importa muito do Oriente Médio. Os preços aumentam em todo o mundo em tensões geopolíticas”, comenta o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires.

O especialista acredita que o aumento da produção do pré-sal promete reduzir, nos próximos anos, a dependência brasileira do petróleo do Oriente Médio. Embora tenha atingido a autossuficiência na produção da commodity, o Brasil

importa óleo árabe, considerado mais leve, para misturar nas refinarias com o óleo nacional pesado. Acontece que alguns dos principais campos do pré-sal produzem também um óleo mais leve.

Rodrigo Leão, coordenador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Ineep), explica que o principal exportador de óleo leve para o Brasil é a Argélia - que não escoa a sua produção a partir de Ormuz. Segundo ele, num cenário de guerra, o Brasil teria algumas alternativas, como aumentar a compra de outros fornecedores na costa africana; e reduzir suas exportações de óleo cru. Atualmente, a estratégia comercial da Petrobras é destinar para fora o volume crescente de sua produção.

“Em tese, acredito que a nossa produção tem condições de substituir boa parte desse petróleo [mais leve importado]. Não me parece que tenha tanto risco de abastecimento ao Brasil. Mas isso [eventual guerra no estreito de Ormuz] pode obrigar a Petrobras a rever o foco de exportação de óleo cru ou aumentar a importação de outros locais”, comenta. “A questão maior sobre o abastecimento está nos efeitos indiretos. Em que medida a exportação de petróleo cru de Iraque e Arábia para os países de onde nós importamos derivados vai ser afetada?”, ressalva.

Ele destaca que uma obstrução de Ormuz impactaria o transporte do petróleo para Europa e EUA, afetando indiretamente as importações brasileiras de derivados. “Mas o Brasil tem um parque de refino grande o suficiente e com capacidade ociosa para compensar parte desse efeito”, disse.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 09/01/2020**

**Seção: Opinião**

**Autor: Pietro Erber**

**Título: Geração distribuída, desafios e oportunidades**

Para evitar o consumo de combustíveis fósseis e reduzir custos, o setor elétrico precisa utilizar fontes renováveis, sazonais ou intermitentes, como a solar e a eólica, ainda pouco aproveitadas. Sua correta inserção na geração dos sistemas interligados e na oferta das redes de distribuição, aí por unidades de geração distribuída, é fundamental para propiciar seu desenvolvimento.

Conforme a Lei 10.848 /2004 e sua regulamentação, geração distribuída (GD) é aquela proveniente de fontes renováveis ou de cogeração qualificada e

constituída por instalações de pequeno porte conectadas à rede de distribuição. Pode ser implantada e utilizada por consumidores atendidos pela mesma rede bem como ser vendida à concessionária local e/ou a consumidores livres. Uma das modalidades de GD que mais cresceram recentemente foi a fotovoltaica (FV), pela iniciativa de consumidores individuais ou conjuntos de consumidores, como condomínios, conectados à rede de baixa tensão, faturados mediante tarifas definidas por apenas um parâmetro, R\$/kWh.

O principal custo evitado pela GD refere-se à energia que a distribuidora deixa de comprar

Este engloba a remuneração da distribuidora pela energia fornecida ao consumidor e pelos seus custos fixos (investimento, manutenção e operação de suas instalações). A primeira se expressa em R\$/kWh enquanto a outra, que depende da potência colocada à disposição do consumidor, seria medida em R\$/kW/mês, como ocorre no fornecimento em alta tensão. Para transformá-la em R\$/kWh admite-se que o usuário consuma, em média, certa quantidade de kWh por mês, a qual varia conforme a natureza do consumidor, como o residencial ou industrial.

Cabe modificar a Resolução 482/2012 para evitar subsídios cruzados entre consumidores atendidos pela rede de baixa tensão, dado que estabelece que a energia excedente de GD seja compulsoriamente adquirida pela concessionária local ao preço do kWh que ela cobra. Em consequência, paga ao proprietário da GD tanto a energia que deixa de adquirir (o que é correto) quanto o custo da rede que ele utiliza, para receber e para vender sua energia. Ou seja, paga por um custo que é seu, não do consumidor, que recebe o que deveria pagar. No limite, um usuário que durante o dia fornecesse à rede a mesma quantidade de energia que recebesse durante a noite não pagaria nada, apesar de ter utilizado a rede durante o dia e durante a noite.

Quando consumidores dotados de GD absorvem a totalidade da energia gerada também há redução da remuneração dos custos fixos, caso a tarifa tenha sido definida prevendo um consumo mais elevado. Em ambos os casos a perda de faturamento destinado à remuneração dos custos fixos da concessionária é compensada por elevação geral das tarifas, prejudicando a maioria dos consumidores, que não dispõe de geração própria. Faturar separadamente energia e potência evitaria prejuízos aos demais consumidores, além de refletir com maior clareza os custos do suprimento de consumidores dotados ou não de GD.

Esta separação propiciará a equidade de tratamento dos usuários, requisito fundamental na prestação de um serviço público, como o de energia elétrica, bem como a transparência na cobrança desse serviço, que deve computar os

custos evitados pela GD. Também dispensará a adoção de parâmetros arbitrários, como só modificar os termos da referida Resolução quando o número ou venda de excedentes de geração de usuários da FV chegar a certo percentual.

Os principais custos evitados pela GD referem-se à energia que a distribuidora deixa de comprar, às perdas na rede que deixam de ocorrer e, eventualmente, à redução de “bandeiras tarifárias” devida à menor solicitação de geração termelétrica. No entanto, a absorção de excedentes de GD pode exigir novos investimentos na rede.

A ampla e intensa discussão da proposta da Aneel ara modificar a atual regulamentação mostra como é difícil eliminar subsídios, mesmo quando sua oportunidade tenha se tornado questionável (o preço dos painéis solares diminuiu 43%). Revela também a preocupação com o elevado preço das tarifas de energia elétrica, fortemente majoradas pela carga fiscal e por subsídios, nem sempre defensáveis. Quando beneficiam, por exemplo, populações econômica ou geograficamente desfavorecidas, são bem mais aceitáveis do que aqueles criados por motivações cuja validade expirou ou nunca houve.

Também cabe ponderar quais subsídios devem ser arcados pelos consumidores e quais pelos contribuintes, quando têm de ser previstos no Orçamento da União e portanto competem com outras possíveis destinações. Apresentariam portanto maior custo político. Subsídios de qualquer natureza no setor elétrico devem ser referendados pelo Conselho Nacional de Política Energética, com prazos para sua aplicação, além de participação de representantes da sociedade civil, da indústria, do meio ambiente e do próprio setor elétrico.

Sugere-se portanto que o serviço prestado a consumidores dotados de GD e supridos em baixa tensão seja cobrado pela energia consumida e pela sua demanda máxima contratada, separadamente. Bastaria instalar medidores apropriados apenas junto a tais consumidores. A energia fornecida à rede lhes seria creditada por valor igual ao da energia que recebem, majorado em função das perdas na rede evitadas, mais eventual crédito referente às “bandeiras” tarifárias.

Por outro lado, entende-se que propostas radicais, tais como aventadas em outros países, de impedir a instalação de geração distribuída seja inteiramente descabida, por ferir o direito do consumidor de consumir menos (como também ocorre por aumento de eficiência), e por prejudicar a utilização de fontes renováveis e a eficiência energética.

No contexto tecnológico atual também cabe rever a legislação para permitir que as distribuidoras possuam e operem instalações de GD, como as FV, o que

contribuiria para otimizar sua localização nas redes elétricas e reduzir seus custos de instalação e manutenção, por ganhos de escala. Poderia adiar investimentos nas redes e propiciar a difusão da GD, inclusive mediante parceria de consumidores e distribuidoras para a localização desses equipamentos.

Enfim, trata-se de cobrar e remunerar o que for pertinente e justo para propiciar a melhor alocação de recursos e o desenvolvimento sustentável do setor elétrico e dos agentes dos quais depende, consumidores e fornecedores de equipamentos e serviços.

**Pietro Erber é diretor do INEE**

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 09/01/2020**

**Seção: Empresas**

**Autor: Beatriz Olivon — De Brasília**

**Título: Denúncia criminal contra Vale pode sair em breve**

**Número de denunciados deve variar entre 15 e 20 e incluir funcionários do alto escalão da mineradora**

A denúncia para responsabilizar criminalmente envolvidos no rompimento da barragem da mineradora Vale em Brumadinho (MG), em janeiro de 2019, deve ser oferecida antes do dia 25, quando o desastre completa um ano. Fonte ouvida pelo **Valor** estima que o número de denunciados deve variar entre 15 e 20 e incluir funcionários do alto escalão da Vale.

O desastre deixou 270 vítimas, das quais onze ainda não foram encontradas. Logo após o rompimento da barragem, foram cumpridos mandados de busca e de prisão temporária, expedidos pela Justiça Federal em Belo Horizonte, para apurar a responsabilidade criminal pelo rompimento das barragens na Mina Córrego do Feijão. Mas nenhum dos investigados teve a prisão mantida durante as investigações.

A denúncia será oferecida pelo Ministério Público estadual em procedimento investigatório criminal aberto no Estado de Minas Gerais. Depois, será analisada pelo juiz, que dará início ou não à ação penal.

Além do procedimento investigatório criminal, o Ministério Público de Minas Gerais propôs quatro inquéritos civis, que são procedimentos de investigação. O objetivo deles se divide entre apurar perdas sociais e ambientais.

Um dos inquéritos analisa a ocorrência de danos ambientais; outro levanta vítimas e seus direitos; e um terceiro apura os fatos que levaram ao rompimento da barragem e a responsabilização dos administradores do empreendimento. O quarto é para investigar as repercussões no âmbito dos direitos humanos.

Além das investigações, foram ajuizadas quatro ações. Elas pedem o bloqueio de valores da mineradora para adotar medidas emergenciais, como o abrigo das vítimas, além de reparar os danos ambiental e socioeconômico. Uma delas pede a adoção de medidas pela Vale em relação a outras barragens consideradas em zona de risco ou atenção.

De acordo com a Vale, mais de 4 mil acordos de indenização individuais e trabalhistas foram assinados, envolvendo o pagamento de R\$ 2 bilhões. No total, a empresa gastou R\$ 4,5 bilhões em 2019 em indenizações e em obras emergenciais relativas à queda da barragem. Os números foram fornecidos pela companhia em balanço realizado em dezembro.

Na divulgação, a empresa informou que planeja fazer um parque na área do desastre. A expectativa é que até dezembro deste ano todo o território da área do Córrego do Feijão esteja refeito. A Vale espera concluir a remoção integral dos rejeitos até o primeiro trimestre de 2023. Depois do desastre de 25 de janeiro, a companhia anunciou um plano para dar fim a nove de suas barragens em minas de rejeito de minério construídas com o mesmo método da barragem destruída no desastre.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 09/01/2020

**Seção:** Empresas

**Autor:**

**Título:** Destaques

## Omega compra projetos

A Omega Geração concluiu ontem a aquisição da totalidade das ações da Delta 7 Energia e da Delta 8 Energia, empresas detentoras dos projetos de geração de energia eólica localizados no Maranhão, pagando R\$ 282,8 milhões. A operação prevê o pagamento de R\$ 179,4 milhões pela Delta 7 e R\$ 103,4 milhões pela Delta 8. Os valores podem sofrer reajuste em função da variação de capital de giro. Além disso, poderão ser pagos até R\$ 14,3 milhões após três anos, condicionados ao desempenho de Delta 7, e até R\$ 4,7 milhões dependendo da

performance de Delta 8. As aquisições elevam para cinco o número de aquisições originadas da Omega Desenvolvimento, após as compras de Delta 3, Delta 5 e Delta 6, e elevam a capacidade instalada do Complexo Eólico Delta a 571 megawatts (MW). Em dezembro de 2018, o conselho de administração aprovou o acordo em que a Omega Gestora de Recursos e a Tarpon Gestora de Recursos outorgaram a opção de alienação ou reorganização societária para transferência dos ativos de geração de energia eólica Delta 7 e Delta 8.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 09/01/2020

**Seção:** Economia

**Autor:** Anne Warth / BRASÍLIA

**Título:** Subsídio para painel solar custará R\$ 56 bi

Relatório do Ministério da Economia diz que valor vai impactar contas de luz até 2035

Uma semana antes de ser desautorizado pelo presidente Jair Bolsonaro e ter seus integrantes ameaçados de demissão, o Ministério da Economia elaborou um relatório segundo o qual o subsídio para painéis solares terá um impacto de aumentar a conta de luz de todos os consumidores em R\$ 56 bilhões até 2035. Com os mesmos recursos, seria possível construir mais de 9 mil creches ou adquirir 180 mil ambulâncias. De forma acumulada, o aumento ao longo dos próximos 15 anos corresponde a 4,5% na conta de luz de cada consumidor, de acordo com a Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (Abrace), a pedido da reportagem. É o mesmo peso de todo o custo de transmissão nas tarifas (feito por torres e subestações) e equivalente a um terço de todo gasto de distribuição (postes e subestações).

A nota técnica, enviada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), destaca que “apenas uma parcela da população brasileira, representada por aqueles com maior renda, tem acesso à essa política” de painéis solares, mas seus custos são rateados entre todos que não possuem os painéis, “normalmente, a camada da população de menor poder aquisitivo”. Esse benefício bilionário será apropriado principalmente pelas fazendas solares, pequenas usinas de até 5 MW que produzem energia para clientes distantes desses locais e que não pagam as taxas de uso da rede – que tem sido chamado de “frete” pelo presidente Jair Bolsonaro. Para o Ministério da Economia, essas fazendas, que se enquadram na modalidade de geração remota, fazem uso distorcido de uma

norma criada para beneficiar clientes que geram energia em seus próprios telhados.

A lucratividade do negócio é muito maior que o das usinas solares centralizadas, que disputam os leilões organizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). “Na visão deste ministério, o enquadramento da geração remota como micro e minigeração distribuída, criado para democratizar a adesão à unidades consumidoras sem telhado, permite certa arbitragem regulatória”, diz a nota técnica, ressaltando que a venda de energia é proibida na modalidade de geração distribuída. Preço médio. A nota técnica menciona que o preço médio da energia solar negociada no leilão realizado em outubro do ano passado foi de R\$ 84,39 por megawatt hora – nesse tipo de disputa, vence quem oferece o menor preço para construir uma usina.

As fazendas solares vendem energia a seus clientes com base em um desconto pequeno sobre a tarifa praticada pelas distribuidoras de energia – em média, R\$ 557,00 por MWh, sem considerar impostos federais, estaduais e as bandeiras tarifárias. A diferença entre esses dois preços é apropriada pelas empresas que instalam os painéis solares. Na nota técnica, o Ministério da Economia antecipa a força do lobby que ficou mais claro nos últimos dias e que sensibilizou Bolsonaro e os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), em detrimento do interesse do “melhor interesse público”, ou seja, da maioria da população.

“Normalmente, o grupo beneficiado pelos subsídios é organizado e consegue se mobilizar para mantê-los indefinidamente. Já os consumidores que custeiam os subsídios, de maneira geral, são pulverizados e, conseqüentemente, ficam sem representatividade. Além disso, o subsídio fica fragmentado em uma grande base de consumidores, dificultando sua percepção e organização, a fim de se manifestarem contra sua cobrança”, diz o documento. Os técnicos do ministério defendem ajustes para que a geração solar se desenvolva de forma sustentável, sem causar distorções nos sinais de preços e elevação das tarifas e todos os demais consumidores.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 09/01/2020

**Seção:** Economia

**Autor:** A.W.

**Título:** Possível mudança movimentará setor

Geração em 2019 foi 3 vezes maior que previsão

O anúncio de revisão dos subsídios para a geração distribuída de energia solar provocou uma corrida pela instalação de painéis fotovoltaicos. Segundo relatório elaborado pelo Ministério da Economia, até o dia 24 de dezembro, já havia 1,95 GW de potência instalada via painéis, dos quais 1,24 GW somente no ano passado – valor três vezes maior que a previsão da Aneel. “Isso reforça o fato de que os subsídios cruzados identificados já alcançaram padrões bem mais altos, o que demandaria uma revisão da norma pelo viés econômico.”

O governo rejeita as alegações das empresas de geração distribuída, para quem a revisão da norma poderia paralisar a expansão do setor e afirma que o investimento continua vantajoso para os que instalarem painéis em seus telhados e cita estudo da Empresa de Pesquisa Energética, para quem o mercado deve atingir em 2029 9,72% da matriz energética.

O ministério reconhece que os painéis podem trazer benefício ao sistema elétrico e reduzir o custo das redes, mas cobra cálculos que demonstrem esses benefícios, para que sejam “quantificados e reconhecidos de maneira adequada”.

O relatório deixa claro que o argumento do benefício ambiental e do ativismo do consumidor é usado para justificar uma escolha econômica. Na verdade, segundo o documento, “os consumidores optam por gerar a própria energia buscando redução nos valores da conta de luz”, muitas vezes “artificiais” e bancados por outros usuários ou pelo governo.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 09/01/2020

**Seção:** Colunas

**Autor:** Celso Ming

**Título:** Os preços do petróleo e a vacilação do governo

As enormes oscilações dos preços do petróleo que se seguiram ao assassinato do general iraniano Qassim Suleimani pelos Estados Unidos e, nesta terça e quarta-feira, os ataques do Irã a bases americanas no Iraque mostram duas coisas: mudanças na geopolítica do petróleo, que tendem a reduzir o impacto sobre as cotações internacionais, e a falta de clareza da política brasileira em relação aos preços internos dos derivados. O mundo está cada vez menos dependente do petróleo produzido pelas regiões do Golfo Pérsico. A mudança de maior impacto imediato é a disparada da produção de petróleo e gás de xisto nos Estados Unidos, que corresponde hoje a quase 60% da produção do país. Os Estados Unidos não só passaram a ser autossuficientes, mas, também, passaram a ser exportadores líquidos de petróleo e derivados.

Como os custos de produção desse óleo de xisto são relativamente altos, o cartel da Opep chegou a adotar a tática de aumentar a oferta para reduzir os preços e, dessa maneira, alijar do mercado os produtores dos Estados Unidos. Foram atingidos apenas os menos eficientes. O resultado geral foi aumento da eficiência do setor, redução dos custos, aumento da produção e menor dependência de suprimento da Opep. Mas há mudanças de mais longo prazo que vêm reduzindo a importância geopolítica do óleo proveniente do Oriente Médio. O mundo caminha mais rapidamente do que o esperado para substituição de combustíveis fósseis por combustíveis renováveis de baixo impacto ambiental.

Apesar dessa perda de importância relativa da Opep, os preços continuam sujeitos a solavancos a cada episódio que coloca em risco setores da segurança da região por cujo estreito (Ormuz) passam 20% do petróleo consumido no mundo. Em parte, esses solavancos parecem puro reflexo condicionado: os agentes do mercado reagem com fortes altas mais porque estão acostumados a isso do que em consequência do impacto real do ocorrido na oferta de petróleo. Tanto assim, que os preços refluem diante do primeiro sinal em contrário, como nesta quarta-feira, quando o presidente Trump tuitou, depois do contra-ataque do Irã, que “está tudo bem”.

A outra questão é a falta de clareza do governo brasileiro a respeito da política de preços dos combustíveis. Neste momento, a Petrobrás tem oficialmente autonomia para definir as condições de mercado. Mas, na prática, o governo não quer vê-los subir abruptamente quando as cotações do produto ou da moeda estrangeira sobem também abruptamente, como nos últimos dias. No momento, teme o impacto da alta sobre os custos do transporte rodoviário, que, em 2018, culminou nas paralisações de caminhoneiros. Este e outros governos tentaram de tudo. Impuseram congelamentos de preços amarrados a uma Conta Petróleo por meio da qual as perdas da Petrobrás eram ressarcidas pelo Tesouro. Outras vezes, subsidiaram os combustíveis à custa do caixa da Petrobrás.

Em 2001, o governo FHC criou a Cide, contribuição embutida nos preços que funcionaria como amortecedor: aumentaria quando estivessem baixos e cairia se estivessem altos. Mas, desde a greve dos caminhoneiros, a Cide foi zerada e já não funciona como mecanismo de compensação. A Petrobrás prepara a privatização de oito de suas refinarias. Além disso, o País precisa de novas. Esses investimentos não podem ser prejudicados pela imposição de preços artificiais. Agora, mais por falta de determinação do que de opção, o governo pretendeu empurrar a conta da alta para os Estados. Quer que eles reduzam o ICMS sobre os combustíveis, que hoje pesa cerca de 24% a 32% sobre os preços.

Embora essa alta carga tributária já venha prejudicando a economia porque incide sobre insumos de grande importância para o sistema produtivo, os Estados estão praticamente quebrados e não podem abrir mão de receitas. Se o problema dos caminhoneiros não é de custos operacionais, mas de caminhão demais para carga de menos, não vai ser pela criação de subsídios a serem descarregados sobre o Tesouro ou sobre a Petrobrás que virá a solução. A solução virá com o crescimento econômico, que aumentará a demanda por cargas, e com o aumento da concorrência no refino e na distribuição de derivados. Até lá, é preciso aguentar os trancos.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 09/01/2020

**Seção:** Colunas

**Autor:** DURBAN

**Título:** @MaisBrasil

Incidente em plataforma da Petrobrás mata brasileiro

Um trabalhador brasileiro morreu e mais cinco estão internados na África do Sul depois de ingerir álcool etílico misturado a suco de uva durante o transporte de uma plataforma da Petrobrás entre a China e o Brasil. Segundo a estatal brasileira, o frete é de responsabilidade da holandesa Boskalis. Os tripulantes foram resgatados na terça-feira, em Durban, na África do Sul, e têm condição de saúde estável, de acordo o diretor de comunicação da Boskalis, Martin Schuttevaer. A embarcação já está novamente a caminho do Brasil. A Petrobrás informou garantir que toda assistência seja prestada.

BRASÍLIA

MEC anuncia bolsas de estudo sobre segurança

O governo federal vai oferecer R\$ 10,1 milhões em bolsas para pesquisadores que estudem como combater crimes no País. O programa foi apresentado ontem pelos ministros da Educação, Abraham Weintraub, e da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro.

BRASÍLIA 2

STF manda ministro explicar críticas à UNE

O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, se manifeste em até 15 dias sobre críticas que tem feito à União Nacional dos Estudantes (UNE), como de suposto mau uso de dinheiro da carteira estudantil.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Data: 09/01/2020****Seção: Colunas****Autor: Sonia Racy****Título: TRF veta venda direta de etanol**

### Direto da Fonte

Usineiros do Nordeste interessados em venda direta de etanol do produtor aos postos acabam de levar um balde de água fria do TRF-5. O tribunal julgou um pedido do Sindaçúcar, que reúne mercados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, e decidiu que a proibição deve ser mantida.

Entre os motivos, a impossibilidade de fiscalização pela ANP nos processos de produção e transporte. Pesaram também o impacto na arrecadação e administração tributária da União e dos Estados e a impossibilidade de dar um salvo conduto inconstitucional a um grupo seletivo de usinas produtoras.

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo****Data: 09/01/2020****Seção: Mercado****Autor:****Título: Um morre em transporte de plataforma da Petrobras**

Rio de Janeiro Um trabalhador morreu e outros cinco ficaram feridos durante o transporte de uma plataforma da Petrobras. A P-70 está sendo levada da China, onde foi finalizada, para a bacia de Santos, no Brasil.

Segundo nota da estatal, os seis passaram mal após a ingestão de álcool etílico. A empresa não deu mais detalhes sobre o caso.

As vítimas são funcionários da Boskalis, responsável pelo transporte da plataforma, e de outras subcontratadas.

Os trabalhadores feridos estão internados em uma unidade de saúde na África do Sul e seguem estáveis.

A Petrobras informou que está em contato com o estaleiro chinês COOEC, contratante da Boskaüs, para que as providências cabíveis sejam tomadas.

AP-70 está sendo transportada por meio da modalidade dry tow (reboque seco). Isso significa que a plataforma foi embarcada em um navio semissubmersível para transporte de carga pesada.

De acordo com a Petrobras, este tipo de transporte reduz em 40 dias o tempo de viagem entre a China e o Brasil.

Em nota, a estatal afirmou que a morte e o ferimento dos funcionários não impactarão o cronograma de implantação da plataforma na bacia de Santos.

Procurada, a Boskalis disse que a tripulação agiu imediatamente para direcionar a embarcação à cidade de Durban, na África do Sul, e organizar uma evacuação médica por helicóptero.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 09/01/2020

**Seção:** Mundo

**Autor:**

**Título:** Petrobras e empresa saudita suspendem trânsito de navios no estreito de Hormuz

São Paulo- A Petrobras alterou ou suspendeu a rota de navios que passariam pelo estreito de Hormuz, no Oriente Médio, devido à crise no Irã, para evitar riscos à segurança.

“A companhia avaliou o referido cenário e, em conjunto com a Marinha do Brasil, decidiu por evitar, no momento, o trânsito pelo estreito de Hormuz”, disse a empresa à Folha, em nota. O desvio nas rotas foi revelado inicialmente pela agência Dow Jones.

“Tal mudança não trará qualquer impacto ao abastecimento de combustíveis no Brasil. Os desdobramentos locais seguem sendo monitorados”, afirma a estatal.

A empresa saudita de transporte de petróleo Bahri também avisou a clientes que seus navios deixarão de passar pelo estreito, ao menos até a tarde desta quarta (8), na hora local, segundo o Wall Street Journal.

Cerca de 20% da produção mundial de petróleo passa por esse estreito, que fica entre o Irã e os Emirados Árabes Unidos. A dificuldade na circulação marítima ali pode gerar alta no preço do produto no mundo.

A tensão no Oriente Médio atingiu níveis elevados nos últimos dias após ataques pelos Estados Unidos e pelo Irã.

A região de Hormuz viveu dias de tensão no ano passado, com uma onda de ataques a navios e instalações petrolíferas. Em julho, o Irã apreendeu um petroleiro sueco que passava pelo local, em represália à captura de um navio iraniano no estreito de Gibraltar.

Em setembro, houve um bombardeio em refinarias sauditas, que foi reivindicado por rebeldes houthis, aliados do Irã. O país negou ter relação com os atos. Rafael Balago

Bolsonaro desiste de ir a Fórum de Davos

O porta-voz da Presidência da República, general Otávio Rêgo Barros, disse nesta quarta (8) que o presidente Jair Bolsonaro desistiu de participar do Fórum Econômico Mundial, em Davos. O encontro ocorrerá de 21 a 24 de janeiro. Barros negou que o cancelamento da viagem tenha relação com a crise no Oriente Médio. Segundo ele, uma série de fatores "econômicos, de segurança e políticos" foram levados em conta para a decisão.

A visita de Bolsonaro à Índia, prevista para 26 de janeiro, deverá ser mantida.

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo**

**Data: 09/01/2020**

**Seção: Mundo**

**Autor: Júlia Moura**

**Título: Bolsa dos EUA bate recorde e petróleo cai após fala de Trump**

Barril, que chegara na véspera a US\$ 71,75, fecha a US\$ 66,18; no Brasil, dólar recua para R\$ 4,055

São Paulo- Depois de o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sinalizar a diminuição na tensão com o Irã, o mercado financeiro se recuperou do movimento brusco de aversão arisco da noite de terça-feira (7), e a Bolsa americana Nasdaq bateu seu recorde histórico, com alta de 1%.

Na madrugada da quarta (8), noite de terça no Brasil, o Irã atacou com mísseis duas bases iraquianas que abrigam militares dos EUA. O ato foi em retaliação ao ataque americano que matou o principal comandante militar do Irã, o general Qassim Suleimani na sexta (3).

Depois da resposta iraniana, o barril de petróleo disparou 5% no mercado e foi a US\$ 71,75 no mercado futuro, às 22h (horário de Brasília). O Irã é um dos principais produtores de petróleo de mundo e tem uma posição geográfica estratégica para o escoamento da matéria-prima do Oriente Médio.

Além da commodity, o índice de volatilidade VIX, que mede o receio ao risco global, também disparou, com alta de 10,5% com o temor de investidores de uma escalada no conflito entre americanos e iranianos.

O primeiro alívio veio com a afirmação pelo presidente americano de que não houve vítimas do ataque vindo do Irã. Do lado iraniano, o chanceler Javad Zarif declarou no Twitter o país “não procura a escalada dos conflitos ou guerra”.

Com as declarações, o mercado financeiro inverteu o sinal, e as principais Bolsas globais abriram em alta nesta quarta. Por volta das 13h30, Trump fez um discurso conciliador e disse que puniria os iranianos por meio de sanções comerciais, e não por atos militares.

“Parece que o Irã está se acalmando, o que é uma coisa boa para todos as partes envolvidas e para o mundo”, afirmou o presidente.

Após o pronunciamento, o preço do petróleo fechou em queda de 3%, a US\$ 66,18. Também contribuiu para a queda a indicação, pelo governo americano, de alta nas reservas de petróleo do país.

Os índices acionários americanos Dow Jones e S&P 500 aceleraram alta e fecharam próximo a níveis recordes, com valorização de 0,5%. A Nasdaq teve alta de 0,67% e foi a 9.129 pontos, renovando o recorde de 2 de janeiro.

“O discurso de Trump foi bem positivo no sentido de não agravar ou acentuar a tensão com o Irã. Apesar de o assunto continuar no radar, tínhamos preocupações de que houvesse uma guerra de maiores proporções”, afirma Jorge Junqueira, sócio responsável por ações na gestora Gauss Capital.

Na Europa, Frankfurt fechou em alta de 0,7%, e Paris, de 0,3%. Londres se manteve estável. As Bolsas asiáticas, que operam durante a noite e madrugada ocidentais, fecharam em queda, antes do discurso de Trump. Tóquio caiu 1,6%, e o índice chinês CSI300, que reúne as Bolsas de Xangai e Shenzhen, 1%.

No Brasil, a Bolsa fechou em queda de 0,35%, a 116.247 pontos, puxada por Petrobras, que se desvalorizou com a queda do petróleo. As ações ordinárias (com direito a voto) da estatal recuaram 1,6%, a R\$ 32,05, e as preferenciais (mais negociadas) caíram 0,6%, a R\$ 30,50.

O real se beneficiou do alívio nas tensões e se valorizou em relação à moeda americana. A cotação comercial do dólar caiu 0,3%, a R\$ 4,055. O dólar turismo teve queda de 0,5% e foi a R\$ 4,21.

“O mercado gostou do discurso [de Trump], mas não dá para assumirmos que a tensão acabou. Tudo pode acontecer, e o Brasil, como emergente de economia fraca, é um dos mais prejudicados pelo temor de investidores”, afirma Cristiane Quartaroli economista Ourinvest.

Por ora, o mercado externo respira aliviado. O índice VIX fechou em queda de 2,5%, e o ouro, que subiu 2,5% no início desta quarta-feira, fechou em queda de 0,6%, a US\$ 1.562 a onça troy (31,1 gramas).

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 09/01/2020

**Seção:** Editorial

**Autor:**

**Título:** Populismo solar

Bolsonaro sinaliza pendor intervencionista e interdita debate racional no setor de energia

A intervenção do presidente Jair Bolsonaro praticamente sepultou a revisão da política de subsídios para a geração de energia solar que vinha sendo conduzida pela agência regulatória do setor, a Aneel.

Em seu gesto populista, que terá impacto negativo em todos os setores que dependem de boa governança pública, Bolsonaro contou com o apoio das duas principais lideranças do Congresso, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Foi comprometido todo um trabalho que visava o necessário aperfeiçoamento das regras, no sentido de reduzir subsídios que beneficiam um número reduzido de produtores de energia solar, mas que oneram o universo de consumidores.

O benefício, que pode custar R\$ 34 bilhões até 2035, se origina na regra atual, definida em 2012, que visava incentivar a geração de energia renovável ao isentar os produtores de arcarem com o custo da rede de distribuição.

Na prática, a regra atual permite que a energia solar produzida e devolvida ao sistema seja descontada da conta de luz. O retorno do investimento, dependendo da concessionária, pode se dar entre 4 e 6 anos. Ou seja, uma rentabilidade próxima a 20% ao ano, muito atraente no cenário de juros baixos.

Não surpreende, assim, que o número de unidades produtoras de geração distribuída tenha crescido rapidamente nos últimos anos. Segundo a Aneel, já são 163 mil delas, com potência instalada de 2.054 megawatts, que poderá ser multiplicada, junto com os subsídios, nos próximos anos.

Daí a tentativa de ajustar os parâmetros. O pleito das distribuidoras é limitar o desconto, que passaria a incidir apenas sobre a tarifa de energia e não sobre as demais taxas que compõem a conta de luz, incluindo a que remunera a rede de distribuição. Nessa proposta, o subsídio seria reduzido em até 62%.

Ainda que o tamanho do ajuste possa ser debatido e modulado, é defensável a tese de que a geração de energia distribuída deve pagar pelo uso da rede. Algum subsídio em favor de energia limpa pode ser preservado, desde que em tamanho razoável e de forma transparente no orçamento público.

A redução radical nos últimos anos do custo dos equipamentos, que torna o setor de energia solar mais sustentável, é outro argumento em favor da revisão.

O episódio todo é lamentável, dada a postura irresponsável do presidente da República, com a guarida um tanto surpreendente do alto clero do Poder Legislativo.

Ao usar argumentos enganosos, como não taxar o sol, impede um debate racional. Pior, sinaliza um pendor intervencionista temerário, que enfraquece as agências reguladoras e a segurança jurídica.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 09/01/2020**

**Seção: Economia**

**Autor: MANOEL VENTURA**

**Título: Estratégia**

Arrecadação acima do previsto com royalties deve compor fundo para compensar alta do petróleo

BRASÍLIA- O Ministério de Minas e Energia estuda a criação de um fundo composto com o dinheiro “extra” arrecadado com a exploração de petróleo para servir como um mecanismo de compensação contra altas bruscas no preço da commodity. O objetivo é evitar que o consumidor do Brasil sinta na bomba os efeitos de crises internacionais que afetem o preço do produto, como as oscilações provocadas nesta semana pela tensão no Oriente Médio. A informação foi antecipada pelo **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**.

A equipe que trabalha no assunto quer apresentar uma proposta ao presidente Jair Bolsonaro em fevereiro. Albuquerque descarta usar impostos na formação desse mecanismo e diz que o governo federal não vai propor mudanças no ICMS dos estados, como o próprio presidente defendeu com o argumento de que os governadores aproveitaram a alta de preços para reforçar o caixa com a receita do imposto.

— As expectativas de royalties e participações especiais são lançadas no Orçamento. Como nós hoje somos exportadores e estamos aumentando a nossa produção de petróleo, quando o preço do petróleo sobe, é bom para

quem produz e para quem exporta. Se você tem uma expectativa, e esse valor vai muito além da expectativa, você pode fazer alguma coisa com esse valor acima — disse o ministro.

#### ICMS FORA DE DISCUSSÃO

O Orçamento de 2020, por exemplo, prevê que o governo federal arrecadará cerca de R\$ 68 bilhões com royalties e participações especiais — compensações pagas pelas empresas que extraem petróleo. O que for arrecadado acima desse valor poderia ser direcionado a um fundo. De janeiro a novembro do ano passado, o governo arrecadou R\$ 58,3 bilhões com petróleo, alta real de 1,96% na comparação com igual período do ano anterior.

— O Brasil se tornou um exportador de petróleo. Hoje, nós exportamos 1,1 milhão de barris por dia. A gente pode adotar medidas de acordo com essa conjuntura que vivemos, que é favorável — disse o ministro.

A forma como o fundo poderia abater altas no petróleo e os gatilhos para acionar o mecanismo ainda estão sendo estudados pelo governo.

— Quando vamos disparar o gatilho? Quem vai ter a competência? É nisso que estamos trabalhando — afirmou Albuquerque.

Soluções como a criação de fundos são estudadas desde o governo Michel Temer, após a greve dos caminhoneiros, em maio de 2018. Albuquerque descarta usar impostos federais, como a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), ou propor alterações no ICMS.

— Isso passa por uma reforma tributária. Isso (ICMS) está fora. Qualquer discussão agora nesse tema não vai ter aceitação. Até porque todos estão na expectativa de uma grande reforma. Nós estamos trabalhando no que está no âmbito do Executivo federal — afirmou.

O ministro defende a criação de um mecanismo para evitar que altas fortes no petróleo cheguem ao consumidor final no país: — Estamos trabalhando num mecanismo não para agora, mas estamos trabalhando num mecanismo para crises. Queremos um mecanismo para situações excepcionais, mas uma coisa permanente. Não estamos trabalhando nisso para agora, estamos trabalhando nisso para sempre.

O ministro também avalia que a venda de refinarias da Petrobras vai aumentar a competitividade do setor: — As pessoas que vão adquirir as refinarias vão fazer os investimentos que a Petrobras perdeu a capacidade de fazer. As refinarias vão ser modernizadas, aumentar a produção e poder competir.

Embora Albuquerque descarte mudanças no ICMS, o governador Wilson Witzel disse ontem nas redes sociais que está fazendo a sua parte para evitar que o consumidor pague a conta da crise no Oriente Médio:

“O Estado do Rio de Janeiro, pelo menos por ora, não vai repassar eventuais aumentos de preços para a base de cálculo de ICMS sobre os combustíveis. Isso quer dizer que, mesmo que o preço do combustível aumente, o RJ usará o preço de janeiro na sua base de cálculo”.

#### PETRÓLEO CAI A US\$ 65,44

O mercado de petróleo teve ontem um dia de alívio, e o barril do Brent recuou 4,1%, a US\$ 65,44, no menor valor de fechamento desde 16 de dezembro. A trégua na escalada de preços foi resultado do recuo da retórica agressiva do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ao comentar o ataque iraniano a bases americanas no Iraque e de novos dados sobre estoques mostrarem um quadro mais favorável.

Mesmo assim, o cenário ainda é de volatilidade para o produto. A Petrobras e outras grandes transportadoras suspenderam a navegação pelo Estreito de Ormuz, que liga o Golfo de Omã e o Golfo Pérsico e por onde passam 20% da produção mundial. Em nota, a Petrobras informou que avaliou junto à Marinha o atual cenário e decidiu evitar o tráfego marítimo na região. A estatal acrescentou que o abastecimento de combustíveis no Brasil não será afetado.

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 09/01/2020

**Seção:** Colunas

**Autor:** Ancelmo Gois

**Título:** Uma Cide flexível

Essa ideia do governo de criar um fundo, uma espécie de colchão, que evitaria o repasse para o consumidor de variações bruscas do preço do petróleo, motivado por questões como essa do conflito entre EUA e Irã, pode ser resolvido com um projeto que está na Câmara de autoria do deputado Christino Áureo.

Só que o mecanismo previsto para atacar esta flutuação seria uma espécie de Cide (Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico) Flexível.

**VEÍCULO: O Globo****Data: 09/01/2020****Seção: Opinião****Autor: Carlos Alberto Sardenberg****Título: Antes que acabe a era do petróleo**

Escrevi uma coluna algo ligeira sobre petróleo e privatizações em 26/12. David Zylbersztajn me fez o favor de lembrar os avanços da era FHC. Publiquei na última quinta. Aí, por e-mail, Décio Oddone, diretor da Agência Nacional de Petróleo, colocou tudo numa perspectiva mais completa. Seguem aqui trechos de suas observações:

“Vivemos foi um processo que foi evoluindo, mas, também, involuindo. Na exploração e produção, a descoberta do pré-sal no governo Lula levou às discussões sobre um novo regime, a criação da partilha e a interrupção dos leilões. O resultado é conhecido. Em 2014 quando o preço

do petróleo caiu e surgiu a Lava-Jato, o setor entrou em crise profunda. A concentração das atividades na Petrobras impediu a venda dos campos maduros no Nordeste e na Bacia de Campos, o que levou a quedas de produção superiores a 40%. O atraso no desenvolvimento do pré-sal causou prejuízo trilionário.

Nos setores de abastecimento e de gás natural, apesar da constituição e da lei estabelecerem o regime de livre concorrência, mais de 20 anos se passaram sem que qualquer medida tivesse sido tomada para reduzir a presença da Petrobras. Ao contrário, o que se viu foi um esforço para aumentar a presença da estatal.

No governo FHC não foi possível avançar com a venda dos campos maduros e de refinarias. As tentativas morreram dentro da própria Petrobras.... Os setores corporativistas prevaleceram e nada foi feito.

Por fim, fruto da crise, em 2016, a Petrobras ganhou autonomia e passou a operar de forma independente do governo. Isso mudou a dinâmica do setor. A existência de um ator dominante com liberdade para definir preços e portfólio de investimentos levou a mudanças na atuação dos órgãos de regulação e de formulação de política.

A ANP passou a agir com o objetivo de aumentar a transparência na divulgação e a concorrência na formação dos preços. E em 2018 tomou quatro iniciativas fundamentais para as transformações que estamos vendo agora. Acionou o CADE para que investigasse o monopólio de fato da Petrobras no refino. Deu prazo para a Petrobras definir o destino de 250 campos maduros, se ia investir

ou vender. Solicitou que o CADE também avaliasse a concentração no mercado de gás natural. E abriu consultas públicas sobre medidas para a aumentar a concorrência no mercado de combustíveis.

Em 2019, o novo governo complementou essas iniciativas com medidas do Conselho Nacional de Política Energética. Aprovou resoluções sobre venda de refinarias, abertura no setor de gás e competição no mercado de combustíveis.

Pela primeira vez os órgãos reguladores (ANP e CADE) e de política energética (CNPE) atuaram de forma conjunta com o objetivo de criar um mercado de petróleo e gás aberto, dinâmico e competitivo no Brasil.

A Petrobras vem vendendo campos maduros (está em processo para desinvestir de mais de 180 deles e declarou que deve sair totalmente da exploração e produção em terra e águas rasas, o que abre espaço para que outras empresas possam investir) e assinou acordos com o CADE para vender refinarias e ativos de gás natural.

Finalmente o processo de abertura se completará e os objetivos estabelecidos nos anos 90 serão alcançados.

O governo FHC foi fundamental para que tudo isso ocorresse, mas não foi capaz de avançar nas questões dos campos maduros, do refino, do abastecimento e do gás. Reformar por etapas é natural em um país como o nosso. Eu escrevo para lembrar que não devemos esquecer o esforço dos governos Temer e Bolsonaro, e o papel essencial da ANP e do CADE, para que finalmente, depois de mais de 20 anos, e ainda em tempo de aproveitar as últimas décadas da era do petróleo, possamos ter uma indústria em substituição de um monopólio.”

Chamo a atenção do leitor para o trecho neste último parágrafo: “aproveitar as últimas décadas da era do petróleo”. Para registrar que os governos Lula e Dilma foram os que mais fizeram alarde com o petróleo e a Petrobras. E foram os que mais atrasaram e mais destruíram a Petrobras, com erros de gestão e corrupção, grossa corrupção.

Por fim, uma palavra de agradecimento aos que nos escreveram: com leitores assim, fica fácil.

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 09/01/2020

**Seção:** Economia

**Autor:** GABRIEL MARTINS

**Título:** Dólar cai 0,31%, e Bolsa reduz queda após fala de Trump

Papéis da Petrobras recuam 1,63%. Mercado deve seguir atento aos desdobramentos do conflito entre Estados Unidos e Irã

O pronunciamento do presidente dos EUA, Donald Trump, sobre o ataque iraniano a bases americanas no Iraque ditou o tom dos mercados. Na avaliação dos investidores, o mandatário americano recuou da retórica mais agressiva, afastando ao menos por ora os temores de uma guerra direta entre americanos e iranianos. O dólar fechou com queda de 0,31%, a R\$ 4,05. O Ibo-vespa, índice de referência dos investidores, reduziu a queda após as declarações, mas fechou em baixa de 0,36%, aos 116.247 pontos, afetado pelo recuo nas ações da Petrobras.

— O discurso de Trump, embora duro, de certa forma mostrou um tom de conciliação. O fato de dizer que os EUA querem a paz e que vai pedir que a Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) tenha papel mais ativo no Oriente Médio retirou um pouco as tensões a respeito de um confronto direto, culminando em uma guerra — afirmou Álvaro Bandeira, economista-chefe do banco digital Modalmais.

— O risco agora é que um dos lados tome uma atitude intempestiva e os conflitos voltem.

Apesar dos sinais de alívio, analistas avaliam que o mercado financeiro continuará a flutuar de acordo com o noticiário EUA-Irã.

— Há muita retórica. Enquanto o cenário de indecisão persistir, o mercado seguirá avaliando desdobramentos — disse Jason Vieira, economista-chefe da Infinity Asset.

No mercado americano, as declarações de Trump contribuíram para a alta em Wall Street. O Dow Jones subiu 0,56%, a Nasdaq avançou 0,67% e o S&P 500 teve alta de 0,49%. No mercado de petróleo, o barril do Brent fechou no menor patamar desde 16 de dezembro, a US\$ 65,44, com queda de 4,1%.

Com a queda do barril, os papéis ordinários (com voto) da Petrobras caíram 1,63%. Além disso, a suspensão de operações marítimas da estatal no Estreito de Ormuz afetou o desempenho da ação.

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 09/01/2020

**Seção:** Economia

**Autor:**

**Título:** Insegurança

## Opinião do GLOBO

HÁ TODA uma discussão técnica que pode ser travada sobre a redução do subsídio à energia solar, considerando-se que se trata de uma fonte limpa e que, portanto, deve ser incentivada. No debate pode-se também avaliar a forma como este subsídio é pago pela sociedade.

MAS NÃO é concebível que o presidente da República, Jair Bolsonaro, intervenha em um organismo fora do seu alcance institucional, a agência reguladora do setor, a Aneel, para que ela volte atrás na ideia de reduzir os incentivos.

SÓ FAZ desestimular investimentos privados em infraestrutura, que afirma defender, por pressionar um órgão independente, criando insegurança jurídica.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Data:** 09/01/2020

**Seção:** Política

**Autor:** Rodolfo Costa e Ingrid Soares

**Título:** Veto à taxação é afago ao Nordeste

O martelo batido pelo presidente Jair Bolsonaro de não taxar energia solar faz parte de um processo para elevar o capital político no Nordeste, principal polo do país nesse quesito. Entre os cinco maiores estados produtores, três são da região: Bahia, Piauí e Ceará. Com incentivos como esse, o governo acredita ter condições de tornar o presidente mais popular nessas localidades, de olho, obviamente, nas eleições de 2022. As metas, no entanto, são mais ousadas e amplas e envolvem até mesmo a discussão de ações para estimular a infraestrutura e as políticas públicas no semiárido nordestino.

O Executivo ainda trabalha para definir e estabelecer sua marca na região. Interlocutores dizem que o objetivo é deixar o carimbo do governo, mas sem medidas populistas, que possam vir a onerar os cofres públicos. A intenção é estimular o empreendedorismo, sobretudo para os microempresários e pequenos produtores, com foco no social. As diretrizes ainda estão sendo definidas, mas a ideia é que o semiárido ganhe uma atenção especial.

De acordo com interlocutores, nem mesmo a gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu deixar sua marca no semiárido. A prova disso, avaliam, é que o legado petista deixou pela metade as obras da transposição do Rio São Francisco. Por isso, entre as metas prioritárias de 2020 está a celeridade do projeto de integração do São Francisco com as Bacias do Nordeste

Setentrional, medida em discussão no Programa de Parcerias e Investimentos (PPI).

No escopo de olhar para o semiárido está a determinação de não taxar a energia solar. É uma decisão que favorece o pequeno produtor e pode fazer parte de um pacote mais amplo, admite um assessor do Planalto. A tarifa zero gera bônus indiscutíveis ao governo, mas não é uma estratégia eleitoreira. “O presidente notou uma reação da sociedade contrária à possibilidade de tarifa sobre a energia produzida e tomou a dianteira do debate, a fim de dar satisfação ao Brasil”, explicou uma pessoa próxima do presidente.

Daqui para a frente, a ideia é fazer, principalmente, as iniciativas no semiárido se cruzarem com os interesses dos prefeitos. No governo, há um movimento, ainda que incipiente, de articulação com o prefeito de Feira de Santana (BA), Colbert Martins (MDB), para estimular e ampliar as políticas públicas.

O prefeito se articula com os demais gestores municipais da região para criar a Associação de Prefeitos do Semiárido. A frente de prefeitos e o governo são sensíveis à agenda de incentivo ao desenvolvimento nas cidades, e essa sinergia pode, em breve, provocar o estreitamento dos laços. Martins mantém, por ora, um diálogo cordial e embrionário com membros e assessores do Executivo na Esplanada dos Ministérios.

### **Iniciativas**

Os primeiros passos da agenda do Executivo de olho no Nordeste foram dados em 2019. A Secretaria de Governo lançou o Plano Nordeste, que prevê ações nas áreas de infraestrutura, educação, capacitação, cidadania e produção, com investimentos na ordem de R\$ 4,4 bilhões até dezembro deste ano. A região dispõe, ainda, de políticas públicas e assistencialistas, que são vistas por assessores como iniciativas isoladas. A ideia, pontuam, é identificar e desenvolver essas ações, a fim de transformá-las em uma marca do governo.

Além de atender os nordestinos, as iniciativas buscam elevar o capital político de Bolsonaro para fora das capitais, onde ele teve menos votos.

### **“Frete” para venda**

*A pressão do governo contra a taxa da energia solar fez com que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) suspendesse, a princípio, estudos relacionados à revisão das regras para consumidores que produzem a própria energia. De acordo com Bolsonaro, porém, os interessados em vender o produto poderão pagar um “frete”.*

**MME / ASCOM .**